

CB
7/6/96 p. 15
05

DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO E ECONOMIA

João Claudio Todorov
Augusto César Franco
Jeanini Maria Felfili

Hoje em dia não podemos abrir o jornal sem nos depararmos com algum artigo sobre o problema de assentamento dos sem-terra. Entretanto, em nenhum momento, encontramos alguma discussão sobre como vamos transformar esses cidadãos, sem renda, sem futuro econômico, em cidadãos prósperos, pagadores de impostos, geradores de renda, enfim contribuindo para o progresso do país. O pior é que os poucos exemplos mostram os sem-terra produzindo feijão, milho, mandioca, aparentemente sem problemas, quando sabemos que a maioria dos solos do centro-oeste são extremamente pobres, com sérias deficiências de fósforo e magnésio, enquanto os solos da região amazônica são produtivos por períodos de tempo curtos de um a três anos, após a remoção da floresta.

Mais sério do que isso: esquecemos que em nenhum lugar do mundo é possível gerar uma poupança, capitalizar o pequeno agricultor plantando produtos básicos, como milho, mandioca. A agricultura europeia, por exemplo, não sobrevive sem a aplicação maciça de capital por parte do Estado. Plantando milho e feijão, o máximo que vamos conseguir é retirar esses pobres coitados da situação de indigentes para transformá-los em pobres lavradores, que se tornarão novamente indigentes quando ocorrer a retirada dos subsídios do Estado ou os solos se esgotarem.

Mesmo que isso não ocorra, os filhos dessas famílias partirão novamente para as grandes cidades em busca de uma vida melhor. Entretanto, o nosso objetivo não é criticar esse modelo, mas propor uma solução prática para capitalizar essa massa de futuros proprietários rurais sem renda. É uma solução extremamente simples, testada com sucesso na Finlândia e com vários exemplos no Brasil: Reservar uma parte pequena da propriedade para o plantio de árvores. Madeiras de lei como o mogno, jacarandá, peroba, alcançam altos preços nos mercados internacionais.

Por que não criar nessas pequenas propriedades rurais uma caderneta de poupança sob forma de madeira? Quanto vale um pé de jacarandá deixado como herança para a próxima geração? O risco é baixíssimo para o proprietário e após o plantio o custo de manutenção de uma pequena mata é mínimo. Além disso, existem vários modelos de consorciamento que permitiriam aproveitar mesmo essas áreas utilizadas para o plantio de madeira.

O preço mínimo que a madeira pode alcançar é o valor como lenha. Imaginem o orgulho de um pai dizendo ao filho: Aqui tem o material para construir a sua própria casa ou um pequeno pecúlio para começar a vida! Com isso também aumentaríamos o valor da terra para o proprietário, que pensaria duas vezes antes de vendê-la. Nessa terra, além do fruto do seu trabalho, estaria o seu capital, a sua poupança, a sua herança para as próximas gerações.

Os países nórdicos vêm aplicando esse modelo com sucesso, há quase um século. Nesses países, o ciclo de corte é de 90 a 100 anos. No Brasil, devido ao clima tropical, esse ciclo pode ser reduzido a menos de 50 anos para madeiras nobres e a menos de dez anos para madeiras como eucalipto. É muito tempo? Não se espera 35 anos para se aposentar com direito a salário mínimo?

Populações indígenas tradicionalmente enriquecem, usando floresta com essências nobres. Sistemas agroflorestais vêm sendo praticados com sucesso por colonos japoneses no Pará. Para suprir a demanda crescente, empresas produtoras de papel estimulam o plantio de eucalipto junto aos proprietários rurais de São Paulo. Eucalipto é uma madeira de baixo preço. Podemos ser mais ambiciosos e utilizar essências nativas de maior preço no mercado, pois a idéia é criar uma caderneta de poupança de alta rentabilidade. E temos tecnologia para isso. Instituições como a Universidade de Brasília, Inpa na Amazônia, Embrapa, têm tecnologia para o cultivo da maioria das essências nativas.

O que falta é vontade política para viabilizar os modelos agroflorestais já existentes, mediante uma ação integrada dos Ministérios da Agricultura, de Política Fundiária e do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal. Está na hora de encerrar as discussões estereis sobre desenvolvimento sustentado e zoneamento agroecológico e partir para a prática.

Gostaríamos de lembrar aos nossos partidos políticos e movimentos de base que somente tornar menos miseráveis os 20 milhões de sem-terra adotando uma agricultura de subsistência não resolve. Madeira talvez não possa garantir uma renda decente para esta geração, mas com certeza capitalizaria os filhos de homens e mulheres que sonham com um pedaço de terra como meio para tornarem-se cidadãos deste país.

O Ministério do Planejamento e o da Indústria e do Comércio, em vez de criarem programas para aumentar o emprego, que custam bilhões de dólares e só beneficiam algumas indústrias, deveriam sair da grande São Paulo, cercada de concreto por todos os lados, e mirar o resto do país, miserável e dono de um tremendo potencial madeireiro. Que tal desenvolver uma política de exploração sustentada de tais recursos e desenvolver uma indústria de aproveitamento da madeira? Os usos da madeira são praticamente infinitos. Se devemos ser colonizados, vamos pelo menos olhar com mais atenção a política de exploração dos recursos madeireiros dos países desenvolvidos.

- João Claudio Todorov é reitor da Universidade de Brasília
- Augusto César Franco é chefe do Departamento de Botânica
- Jeanini Maria Felfili é professora do Departamento de Engenharia Florestal

